

A escala do encontro: o bairro como práxis urbana <https://doi.org/10.47236/2594-7036.2025.v9.1776>Vanessa Cassol¹
João Aparecido Bazzoli²

Data de submissão concluída: 7/7/2025. Data de aprovação: 15/9/2025. Data de publicação: 23/9/2025.

Resumo – Este artigo desenvolve uma análise sobre a influência do desenho urbano na vivência de seus habitantes, investigando a tensão entre o espaço concebido pelo planejamento e o território vivido pela população em Palmas (TO). A partir de diálogo teórico com o urbanismo humanista de Jan Gehl e a teoria crítica da produção do espaço de Henri Lefebvre, o objetivo é examinar como os moradores percebem, reagem e se apropriam de um desenho urbano herdeiro de preceitos modernistas. A pesquisa utilizou o processo participativo do Plano de Bairro do Jardim Aurenny IV como laboratório, adotando metodologia qualitativa que articulou a observação das oficinas com a análise documental. Os resultados indicam profunda conexão entre as características do desenho e os conflitos cotidianos: a setorização e os vazios urbanos são percebidos como indutores de fragmentação social, enquanto a precariedade da infraestrutura é diretamente associada a impactos na saúde. A análise revela que espaços informais de encontro ganham importância precisamente onde o planejamento formal falhou. Conclui-se que a metodologia participativa, ao dar voz à comunidade, revela-se um potente instrumento de diagnóstico, expondo o descompasso entre a forma urbana e a vida, e apontando caminhos para a sua reconciliação.

Palavras-chave: Desenho urbano. Direito à cidade. Escala humana. Planejamento participativo. Território vivido.

The scale of encounter: the neighborhood as urban praxis

Abstract – This article develops an analysis of the influence of urban design on the lived experience of its inhabitants, investigating the tension between the space conceived by planning and the territory lived by the population. Drawing on a theoretical dialogue with the humanist urbanism of Jan Gehl and the critical theory of the production of space of Henri Lefebvre, the objective is to examine how residents perceive, react to, and appropriate an urban design that inherits modernist precepts. The study delves into the case of Palmas (TO), a planned city, employing the participatory process of the Jardim Aurenny IV Neighborhood Plan as a laboratory. It adopts a qualitative methodology that articulated the observation of workshops with documentary analysis. The results indicate a profound connection between the design's characteristics and daily conflicts: sectorization and urban voids are perceived as drivers of social fragmentation, while infrastructure precarity is directly associated with public health impacts. The analysis reveals that informal meeting spaces gain importance precisely where formal planning has failed. It is concluded that the participatory methodology, by giving voice

¹ Mestra em Desenho, Gestão e Direção de Projetos em Cooperação Internacional pela Universidad Europea del Atlántico, na Espanha. Aluna especial da disciplina Planejamento e Políticas Públicas da Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins. Palmas, Tocantins, Brasil.  ldvanessacassol@gmail.com  <https://orcid.org/0009-0001-7056-8879>  <http://lattes.cnpq.br/5153514946810341>.

² Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor da Universidade Federal do Tocantins. Palmas, Tocantins, Brasil.  jbazzoli@mail.uft.edu.br  <https://orcid.org/0000-0002-7123-2023>  <http://lattes.cnpq.br/4167300930863457>.

to the community, proves to be a powerful diagnostic tool, exposing the mismatch between the urban form and life, and pointing to paths for their reconciliation.

Keywords: Human scale. Lived territory. Participatory planning. Right to the city. Urban design.

La escala del encuentro: el barrio como praxis urbana

Resumen – Este artículo desarrolla un análisis sobre la influencia del diseño urbano en la vivencia de sus habitantes, investigando la tensión entre el espacio concebido por la planificación y el territorio vivido por la población en Palmas (TO). A partir de un diálogo teórico con el urbanismo humanista de Jan Gehl y la teoría crítica de la producción del espacio de Henri Lefebvre, el objetivo es examinar cómo los residentes perciben, reaccionan y se apropian de un diseño urbano heredero de preceptos modernistas. La investigación utilizó el proceso participativo del Plan de Barrio del Jardim Aurenny IV como laboratorio, adoptando una metodología cualitativa que articuló la observación de los talleres con el análisis documental. Los resultados indican una profunda conexión entre las características del diseño y los conflictos cotidianos: la sectorización y los vacíos urbanos son percibidos como inductores de fragmentación social, mientras que la precariedad de la infraestructura se asocia directamente con impactos en la salud. El análisis revela que los espacios informales de encuentro cobran importancia precisamente donde la planificación formal ha fallado. Se concluye que la metodología participativa, al dar voz a la comunidad, se revela como un potente instrumento de diagnóstico, exponiendo el desfase entre la forma urbana y la vida, y señalando caminos para su reconciliación.

Palabras clave: Diseño urbano. Derecho a la ciudad. Escala humana. Planificación participativa. Territorio vivido.

Introdução

A produção do espaço urbano no Brasil, de forma paradigmática, tem sido marcada por uma recorrente e profunda tensão entre a forma construída e a vida que nela pulsa. A adoção de modelos de planejamento que priorizam a macroescala, a fluidez veicular e uma lógica espetacular, como analisado por Guy Debord (1997), resultou em um detrimento sistemático da centralidade da vida cotidiana. Este fenômeno representa o aprofundamento de um processo histórico que desloca o sentido do urbano, como espaço de sociabilidade, para sua transformação em palco de circulação e consumo. A cidade, nesse contexto, deixa de ser vivida em sua complexidade de trocas e afetos, e passa a ser apenas assistida — percorrida superficialmente, mas raramente habitada simbolicamente pela população, alienando o habitante de seu próprio habitat.

Este modelo de urbanização, sustentado por decisões políticas e institucionais que produzem ativamente a desigualdade, manifesta-se de forma particularmente aguda no contexto brasileiro. Nesse cenário, a cidade de Palmas, capital do Tocantins, insere-se como um caso de estudo paradigmático. Fundada em 1989, seu desenho urbano, herdeiro de preceitos modernistas, reproduz de forma explícita as contradições entre a racionalidade do plano e a complexidade da vida, tornando-se um campo fértil para a presente análise, conforme discutido por Bazzoli (2019) e Velasquez (2011). A ausência de espaços públicos qualificados e a fragmentação socioespacial não apenas deterioram as condições de vida, mas comprometem, a longo prazo, a coesão social, transformando o direito à cidade em um privilégio, como alertam autores como Maricato (2001).

É justamente na crise deste modelo hegemônico que emergem práticas de resistência. O debate sobre planejamento participativo no Brasil ganhou corpo nas últimas décadas,

impulsionado pelo Orçamento Participativo e pelo Estatuto da Cidade. Contudo, grande parte dessa vasta produção acadêmica tende a focar na dimensão política e gerencial do processo. Permanece, assim, uma carência de pesquisas que utilizem a participação popular como uma ferramenta de análise urbanística, capaz de conectar sistematicamente as demandas sociais às causas espaciais que as originam. Este artigo se propõe a construir essa ponte, investigando a dialética entre o espaço concebido e o território vivido.

Para tanto, esta investigação se ancora em um diálogo teórico profundo com pilares do pensamento urbano. De um lado, o urbanismo humanista de Jan Gehl (2010), que oferece ferramentas para observar e valorizar a "vida entre os edifícios". De outro, a teoria crítica da produção do espaço de Henri Lefebvre (2018), que desvenda as relações de poder inscritas na forma urbana e nos convoca a lutar pelo "direito à cidade". O objetivo central deste artigo é, portanto, examinar como os moradores do bairro Jardim Aurenny IV percebem, reagem e se apropriam do traçado urbano que lhes foi imposto.

A metodologia adotada foi qualitativa, utilizando o processo participativo do Plano de Bairro como seu principal campo de observação e instrumento de coleta de dados. A estrutura deste artigo se organiza da seguinte forma: após esta introdução, a seção de Materiais e Métodos detalha os procedimentos das oficinas. A seção de Resultados e Discussão é iniciada com uma caracterização do caso de estudo, seguida da apresentação da fundamentação teórica para a análise e, por fim, da discussão dos dados empíricos à luz da teoria. As Considerações Finais sintetizam os achados, apontando caminhos para a reconciliação entre a forma da cidade e a vida de seus cidadãos, inserindo-se em um debate sobre os desafios do planejamento e da participação no Tocantins o qual tem sido consistentemente aprofundado por esta Revista (e.g., Silva; Costa, 2023; Pereira, 2024).

Materiais e métodos

O urbanista dinamarquês Jan Gehl oferece um contraponto pragmático e sensível à abstração do planejamento modernista. Em sua obra seminal, *Cidades para pessoas* (2010), Gehl propõe uma inversão radical do foco: em vez de priorizar o fluxo de veículos, o planejamento deve se dedicar a qualificar a "vida entre os edifícios". Sua metodologia, baseada na observação sistemática do comportamento humano nos espaços públicos — contando, mapeando e cronometrando as atividades humanas —, resgata a escala humana — a escala do corpo, dos sentidos e do encontro — como o principal indicador de qualidade urbana. Para Gehl, cidades bem-sucedidas são aquelas que convidam as pessoas a caminhar, a permanecer e a interagir, transformando ruas e praças de corredores de passagem em destinos. Conceitos como "cidade ao nível dos olhos", bordas ativas (térreos de edifícios com comércio e janelas, que criam interesse e segurança) e a multifuncionalidade dos espaços são ferramentas para criar ambientes seguros, saudáveis e socialmente vibrantes. Sua abordagem, portanto, fornece o arcabouço metodológico para se avaliar o espaço a partir de sua capacidade de acolher a vida cotidiana, oferecendo um diagnóstico preciso das falhas de projetos urbanos que ignoram o fator humano.

Se Gehl oferece o "como", o filósofo francês Henri Lefebvre oferece o "porquê" político. Em *A Produção do Espaço* (2018), Lefebvre desmistifica a ideia do espaço como um container neutro, argumentando que ele é uma produção social, um produto de disputas de poder e relações sociais. Sua célebre tríade espacial — o espaço concebido (o espaço abstrato, dominante, dos planejadores, do capital e do Estado), o espaço percebido (as práticas espaciais rotineiras, os fluxos e os usos funcionais) e o espaço vivido (o espaço simbólico, dos afetos, da memória e da apropriação, onde a vida realmente acontece) — é uma ferramenta analítica poderosa para desvendar os conflitos urbanos. A metodologia dos Planos de Bairros pode ser lida como um esforço para fazer o espaço vivido emergir, ganhar voz e confrontar a hegemonia do espaço concebido. Central em sua obra é a noção de "direito à cidade", entendido não como

um mero direito de acesso a serviços, mas como um direito coletivo e transformador de participar na produção do espaço urbano, um "clamor e uma demanda" por uma vida urbana renovada. O conceito de práxis, em Lefebvre, refere-se exatamente a essa ação que une consciência crítica e prática transformadora, em que os habitantes deixam de ser meros usuários para se tornarem agentes produtores de seu próprio espaço.

As teorias de Gehl e Lefebvre ganham contornos dramáticos no contexto brasileiro. A urbanista Erminia Maricato (2001) aponta para a dualidade estrutural de nossas cidades, divididas entre a cidade legal, dotada de infraestrutura, serviços e amparo jurídico, e a cidade ilegal ou informal, onde vive a maior parte da população em condições de precariedade. Essa fratura não é um desvio, mas o resultado de um modelo de desenvolvimento urbano excludente, que trata a moradia como mercadoria e não como direito. Flávio Villaça (2001), por sua vez, demonstra como a segregação socioespacial é ativamente produzida e mantida pelo planejamento, através da localização de investimentos públicos e da criação de barreiras físicas e simbólicas que separam grupos sociais. Analisar o Jardim Aurenny IV em Palmas exige, portanto, compreender essa lógica estrutural que produz periferias, tornando a luta pelo direito à cidade no Brasil uma luta por justiça espacial e pela desconstrução de um padrão histórico de desigualdade.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, configurada como um estudo de caso aprofundado no Jardim Aurenny IV em Palmas. Para alcançar o objetivo de investigar a relação entre o desenho urbano e a vivência dos moradores, a pesquisa utilizou a metodologia do Plano de Bairro como seu principal campo de observação e instrumento de coleta de dados. A pesquisa foi conduzida a partir da postura de um observador acadêmico, utilizando a técnica da observação participante para compreender o processo de dentro, mas mantendo o distanciamento analítico. A coleta de dados empíricos foi estruturada em duas frentes complementares: a análise documental e a observação participante nas oficinas.

Análise Documental: Incluiu a revisão de textos acadêmicos sobre Palmas, documentos oficiais do município, e, fundamentalmente, a análise de todo o conteúdo público do blog "Palmas Participa". Esse blog, mantido pelos coordenadores do projeto, serviu como fonte primária de dados, fornecendo relatórios detalhados, fotografias, vídeos e narrativas sobre o histórico, os objetivos e o desenvolvimento das oficinas comunitárias.

Observação Participante nas Oficinas: A coleta de dados empíricos foi realizada por meio da observação participante em duas oficinas de diagnóstico, que ocorreram no Jardim Aurenny IV como parte do projeto de extensão "Palmas Participa". A condução das oficinas pela equipe da universidade permitiu à pesquisadora focar no registro das dinâmicas e narrativas que emergiram. A seguir, detalham-se os procedimentos de cada encontro.

• Oficina 1: Cartografia Afetiva do Território (Realizada em 27 de abril de 2025)

O primeiro encontro, com duração de três horas, teve como objetivo central a construção de um diagnóstico coletivo a partir da percepção sensível dos moradores. A oficina reuniu cerca de 30 participantes, incluindo lideranças comunitárias, jovens e idosos, em um espaço cedido pela associação de moradores. A principal técnica utilizada foi o "mapeamento afetivo". Foram utilizados mapas impressos em grande formato (A1) do bairro, dispostos sobre mesas, e adesivos autocolantes em três cores (verde, amarelo e vermelho). Após breve apresentação, os participantes foram convidados a colar os adesivos nos locais que associavam a sentimentos de alegria e pertencimento (verde), medo e abandono (vermelho), e que exigiam atenção e cuidado urgentes (amarelo). Em seguida, em uma roda de conversa, cada participante que se sentiu à vontade foi convidado a justificar uma de suas marcações, gerando um rico debate e as primeiras narrativas sobre a relação dos moradores com o espaço.

• Oficina 2: Aprofundamento Temático e Proposições (Realizada em 11 de maio de 2025)

A segunda oficina visou aprofundar os problemas levantados no mapeamento afetivo e iniciar a construção de propostas. A dinâmica central foi a divisão dos presentes em grupos temáticos, focados em três eixos prioritários que emergiram da primeira oficina: 1) Saúde e Saneamento; 2) Segurança Pública e Iluminação; e 3) Lazer, Cultura e Convivência. Cada grupo recebeu folhas de flip chart e canetas coloridas para sistematizar as discussões, respondendo a três perguntas-guia: 1) Quais são as causas principais dos problemas?; 2) Qual é o problema mais urgente a ser resolvido?; e 3) Quais são as soluções práticas que a comunidade poderia implementar? Ao final, um relator de cada grupo apresentou as conclusões para o plenário, gerando um segundo nível de debate.

Durante todo o processo, a pesquisa registrou as falas, as interações e as narrativas em diário de campo, além de realizar registros fotográficos, gerando um rico material empírico para a análise da relação entre o desenho urbano e o território vivido.

Na perspectiva brasileira, essas contradições manifestam-se de forma particularmente aguda, como aponta Meyer (2006), ao problematizar o papel dos planejadores urbanos, que, por vezes, são responsabilizados pela fragmentação do tecido urbano, mas, simultaneamente, são agentes fundamentais na condução de processos de requalificação e ordenamento territorial. Este paradoxo reflete-se diretamente no debate sobre os limites e as possibilidades do planejamento urbano, tensionando a necessidade de controle espacial com o direito à apropriação, à diversidade de usos e à construção coletiva da cidade. Como escreveu Meyer (2006, p.38), "Pois, é inevitável perguntar: qual terá sido o papel dos planejadores e dos urbanistas no processo que as levou a assumirem essa configuração, tão avessa às possibilidades e meios com os quais o urbanismo moderno trabalha?".

Essa tensão também é claramente elaborada na obra de Lefebvre (2018), que, embora critique o planejamento como instrumento de controle social e de reprodução das lógicas de poder, reconhece que algum grau de ordenamento espacial é indispensável para garantir o funcionamento da cidade como espaço de sociabilidade, convivência e produção da vida. Complementarmente, Gehl (2010) defende que o equilíbrio reside na capacidade de articular a ordem necessária — capaz de garantir conforto, acessibilidade e segurança — com a liberdade da apropriação social, estimulando usos diversos, dinâmicos e centrados na escala humana. Este autor enfatiza, ainda, a relevância da mobilidade ativa, da permanência qualificada no espaço público e do uso do solo misto como elementos estruturantes de uma cidade saudável, viva e democrática.

Resultados e discussões

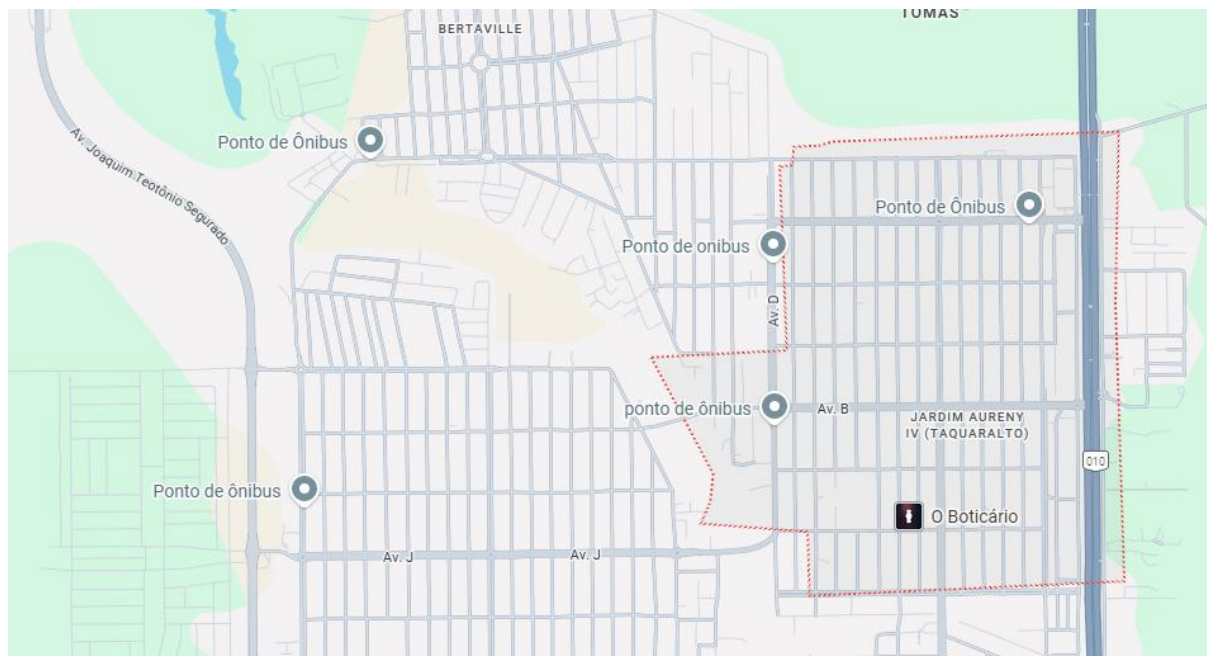
A Práxis Urbana em Ação

A experiência das oficinas do Plano de Bairro no Jardim Aurenny IV em Palmas revela de forma concreta a urgência de reintegrar a escala humana como categoria analítica e operativa no planejamento urbano. O mapeamento afetivo realizado na primeira oficina — em que moradores identificaram locais marcados por alegria, tristeza e abandono — constitui uma prática sensível de apreensão do espaço vivido, em consonância com os princípios defendidos por Gehl (2010), para quem o planejamento deve priorizar a vida cotidiana, os encontros e o conforto humano.

A pesquisa se debruça sobre o Jardim Aurenny IV, bairro situado na Região Sul de Palmas, área que concentra a maior parte da população da capital. Embora seu traçado herde a lógica ortogonal do plano central, sua morfologia é distinta, com quadras menores e uma paisagem predominantemente horizontal e autoconstruída. Como se observa na Figura 1, o bairro é delimitado pela rodovia TO-010, funcionando como uma periferia consolidada que, apesar de sua intensa vida comunitária, enfrenta desafios estruturais como a precariedade de calçadas, a presença de vazios urbanos e a subutilização de equipamentos públicos, como o centro

comunitário local. Essa configuração do traçado, embora ordenada no papel, impacta diretamente a mobilidade e a percepção do espaço.

Figura 1 - Mapa de localização e traçado urbano do Jardim Aurenly IV, na Região Sul de Palmas, TO. A área em destaque representa os limites do bairro.



Fonte: Google Maps (2025), com edição dos autores.

Uma das características mais marcantes, e que o mapa não revela, é a notória ausência de uniformidade nas calçadas, dificultando a mobilidade de pedestres. A paisagem é predominantemente horizontal, composta por casas térreas autoconstruídas, e a presença de vazios urbanos é uma constante, apontados como focos de insegurança. Os espaços públicos formais, como praças, refletem essa mesma lógica de abandono. Apesar de contar com equipamentos essenciais, a comunidade aponta para a superlotação dos serviços e para o abandono de outros, cujo caso mais emblemático é o centro comunitário local, conhecido como o "elefante branco". É sobre este tecido urbano, com suas profundas contradições entre a ordem do traçado e a complexidade da vida real, que a presente análise se debruçará.

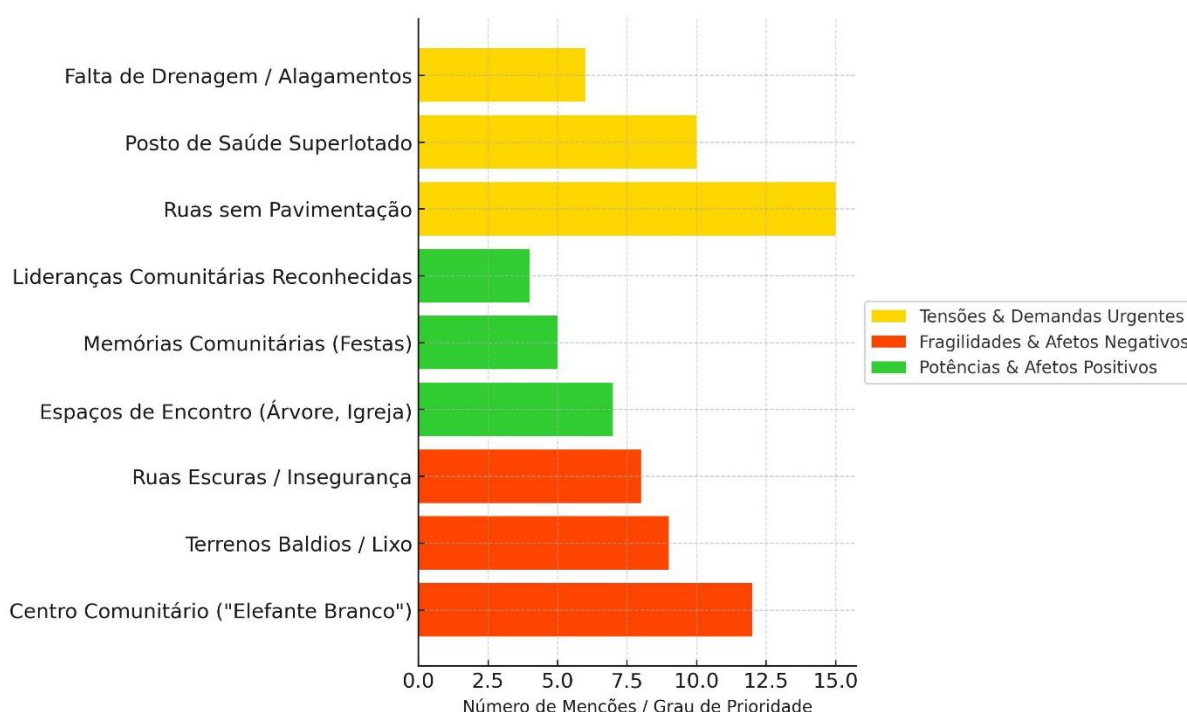
A análise deste tecido urbano é guiada por um diálogo com pilares do pensamento urbanístico que investigam a complexa relação entre a forma e a vida. A abordagem humanista de Jan Gehl (2010) fornece a lente para observar a microescala, a "vida entre os edifícios". Essa perspectiva é enriquecida pela visão de Jane Jacobs (2011), que já defendia a importância da diversidade de usos e da vitalidade das calçadas como elementos essenciais para a coesão de um bairro, ajudando a interpretar a emergência de espaços informais no Aurenly IV como uma resposta orgânica da comunidade. Em um nível mais estrutural, a teoria de Henri Lefebvre (1991) sobre a produção do espaço e o "direito à cidade" é a ferramenta fundamental para desvendar a dialética entre o "espaço concebido" e o "território vivido". Finalmente, a crítica de Guy Debord (1997) à "sociedade do espetáculo" e a análise de Manuel Castells (1999) sobre a "sociedade em rede" contextualizam o debate em uma escala mais ampla. A conjunção dessas abordagens forma o arcabouço a partir do qual as percepções e narrativas dos moradores são interpretadas.

As narrativas colhidas nas oficinas — como a de uma moradora que lamentou a retirada da unidade básica de saúde de sua quadra, ou os relatos que evocaram memórias de ruas de brincadeiras e festas — evidenciam que o espaço urbano é mais do que sua materialidade física: é também densidade simbólica e afetiva. Esses testemunhos reafirmam que a permanência e a

apropriação são fundamentos indispensáveis para se compreender o urbano em sua complexidade, frequentemente ignorada por modelos tecnocráticos de planejamento.

A análise quantitativa da Figura 2, a seguir, revela de forma contundente as prioridades da comunidade. O gráfico evidencia que as menções relacionadas a Tensões e Demandas Urgentes (31 ocorrências) e Fragilidades & Afetos Negativos (29 ocorrências) são significativamente mais numerosas do que as Potências & Afetos Positivos (16 ocorrências). Destacam-se, como os problemas mais urgentes, questões estruturais como a falta de pavimentação, a precariedade do posto de saúde e o abandono de equipamentos públicos, como o centro comunitário. Essa representação visual, portanto, não apenas quantifica os problemas, mas funciona como um verdadeiro mapa de prioridades, demonstrando que a práxis urbana que emerge no bairro está fundamentalmente orientada para a resolução de necessidades básicas e para a luta por direitos essenciais negligenciados pelo poder público.

Figura 2 - Síntese quantitativa das percepções comunitárias sobre potências, fragilidades e demandas no Jardim Aurenny IV.



Fonte: Elaboração própria (2025), com base nos dados coletados nas oficinas de diagnóstico participativo do projeto "Palmas Participa".

A profundidade dessas percepções é revelada nas narrativas dos moradores. A atividade do "mapeamento afetivo", por exemplo, provou ser uma ferramenta potente para acessar o "espaço vivido". Ao marcarem no mapa o centro comunitário local, unanimemente apelidado de "elefante branco", os moradores não estavam apenas apontando uma falha de gestão, estavam denunciando a lógica do espaço-espetáculo de Debord. Em contraste, pontos de alegria frequentemente se referiam a espaços informais, como a sombra de uma grande árvore, corroborando a tese de Gehl de que a qualidade urbana reside nos detalhes que permitem a "vida entre os edifícios". Esta constatação dialoga com a pesquisa de Almeida (2022), que, em seu estudo sobre a apropriação de praças em Araguaína publicado nesta Revista, também identificou que a vitalidade dos espaços públicos está mais ligada às possibilidades de apropriação social do que à qualidade da infraestrutura formal.

Debord (1997) já advertia sobre a captura do espaço urbano pela lógica do espetáculo, em que a cidade se converte em vitrine, imagem e mercadoria, esvaziando-se de vida social. As

oficinas no Aurenny IV expuseram esse processo de maneira empírica: praças abandonadas, iluminação precária, ausência de equipamentos de lazer e centros comunitários fechados demonstram um modelo de urbanização que estimula o trânsito, mas não a permanência.

As oficinas também se tornaram um laboratório de "planejamento insurgente". Moradores mais velhos propuseram soluções para problemas de drenagem baseadas no conhecimento popular, e um grupo de mulheres se organizou para mapear ruas escuras. Essas ações representam a práxis urbana em sua forma mais pura: a consciência de um problema coletivo gera uma ação prática e transformadora. É o "direito à cidade" de Lefebvre deixando de ser um slogan para se tornar um verbo.

Essa condição de cidade assistida, em que os sujeitos apenas circulam sem vivenciar os espaços, fragiliza o pertencimento e compromete a saúde coletiva. A precariedade de infraestrutura para atividades físicas, cultura popular e encontros comunitários evidencia uma forma urbana que, ao ignorar o cotidiano, contribui para o adoecimento social e individual.

Embora planejada, Palmas expressa contradições estruturais típicas das grandes metrópoles brasileiras. Conforme argumenta Bazzoli (2019), o urbanismo da capital apresenta falhas profundas de articulação entre planejamento técnico e realidade vivida, especialmente nas áreas periféricas. O Jardim Aurenny IV exemplifica essas lacunas: ruas sem pavimentação, postos de saúde sobrecarregados e ausência de áreas de lazer e segurança pública.

A oficina temática sobre saúde coletiva, realizada em 10 de maio de 2025, propôs a distinção entre fatores que promovem ou impedem a saúde no território. A atividade revelou como saneamento, transporte, iluminação e segurança são dimensões indissociáveis da saúde urbana. Esse entendimento está alinhado à concepção de Lefebvre (2018), para quem o espaço é produção social e política — jamais um dado neutro ou exclusivamente técnico.

A participação ativa das mulheres idosas, o engajamento das crianças no mapeamento afetivo e a presença da associação de moradores revelam um planejamento que parte do vivido. Essa prática reflete a possibilidade de ruptura com o planejamento normativo e verticalizado, abrindo espaço para um urbanismo comprometido com a justiça espacial e com a construção coletiva de alternativas.

A presença pontual do subprefeito na segunda oficina, contrastada com a ausência de outros representantes políticos na primeira, revela a intermitência do poder público nas periferias urbanas — uma realidade já diagnosticada por Santos (2002), ao apontar a desigualdade estrutural de mediação política nas franjas urbanas. O espaço, nesse contexto, é também uma construção política e um espelho das desigualdades sociais.

A atuação conjunta da Universidade Federal do Tocantins (UFT), do coletivo BRCidades e do projeto Palmas Participa — coordenado pelo professor autor da pesquisa — demonstra o potencial das redes técnicas quando articuladas ao saber popular. A escuta ativa realizada por estudantes e pesquisadores, ao lado das lideranças comunitárias, fortalece o processo de diagnóstico e formulação de propostas que fazem sentido local.

Para Bazzoli (2019), o planejamento urbano precisa ser técnico e humanizado, ou seja, deve reconhecer e respeitar a escala local, as redes de solidariedade e os direitos fundamentais dos sujeitos urbanos. A universidade, ao sair de seus muros e ocupar os territórios, contribui para qualificar o debate público e democratizar o planejamento urbano.

Finalmente, as discussões revelaram o choque entre as necessidades cotidianas e as prioridades do poder público. "Eles não arrumam a rua e depois não dão conta de atender nossos filhos doentes", resumiu uma mãe, ilustrando a tese de Maricato sobre a produção da precariedade. A metodologia do Plano de Bairro, ao dar visibilidade a essas queixas, politiza o debate, mostrando que a demanda por asfalto é, na verdade, uma demanda por saúde e dignidade.

Tabela 1 - Síntese da Análise Dialética entre Teoria e Prática no Jardim Aurenny IV

Dimensão Observada	Exemplo Concreto da Oficina	Principal Referência Teórica	Análise Crítica (A Práxis Observada)
Cartografia Afetiva	Centro comunitário apelidado de "elefante branco"; identificação de árvores como pontos de encontro.	Gehl / Debord	Revela a primazia da vida e do uso sobre a forma. O espaço só existe quando é vivido; a obra sem apropriação é apenas um cenário vazio, um espetáculo fracassado.
Saber Popular	Moradores antigos explicando os fluxos da água para resolver problemas de alagamento.	Lefebvre	Demonstra a existência de um conhecimento técnico-popular que se contrapõe ao saber hegemônico dos planejadores, validando o "espaço percebido" como fonte de soluções.
Ação Coletiva	Organização de grupo de mulheres para mapear ruas escuras e propor mutirões de limpeza.	Lefebvre (Práxis)	Ilustra o "direito à cidade" em ação. A comunidade transcende a queixa e se torna agente ativo na produção de um espaço mais seguro e qualificado.
Saúde e Espaço	Conexão direta feita pelos moradores entre a falta de asfalto (poeira) e as doenças respiratórias.	Maricato / Lefebvre	Expõe a dimensão política da precariedade. A desigualdade urbana se inscreve nos corpos, e a luta por infraestrutura é, em essência, uma luta pelo direito à saúde.

Fonte: construção própria (2025).

Considerações finais

A análise conduzida no Jardim Aurenny IV permite concluir que há uma relação direta e profunda entre as premissas do desenho urbano de Palmas e os conflitos socioespaciais vividos por seus habitantes. O estudo demonstrou que elementos da macroescala, como a setorização e os vazios urbanos, se traduzem em experiências de fragmentação e isolamento na microescala, enquanto a precariedade da infraestrutura impacta diretamente a saúde e o bem-estar da comunidade. A pesquisa corrobora, ainda, a relevância da abordagem humanista de Gehl, ao provar que a qualidade de vida urbana está ligada à vitalidade dos espaços de convivência, que emergem de forma resiliente precisamente onde o planejamento formal falhou. Como conclusão secundária, valida-se a metodologia participativa não como um objeto de estudo em si, mas como um instrumento de diagnóstico extremamente eficaz, capaz de fazer emergir o "espaço vivido" de Lefebvre e de iniciar um necessário processo de reconciliação entre a forma da cidade e a vida de seus cidadãos.

O estudo demonstrou que, ao operar na escala do encontro, a metodologia consegue fazer emergir o "espaço vivido" de Lefebvre, dando voz e visibilidade aos saberes, memórias e necessidades da comunidade. As narrativas coletadas não apenas expõem as falhas do "espaço concebido" pelo poder público, mas também apontam para soluções endógenas, enraizadas no conhecimento profundo do território. A transformação de moradores de meros receptores de políticas em agentes ativos de planejamento é, talvez, a contribuição mais significativa do processo, materializando o "direito à cidade" em ação concreta.

A pesquisa corrobora, ainda, a relevância da abordagem humanista de Gehl, ao provar empiricamente que a qualidade de vida urbana está intrinsecamente ligada à vitalidade dos espaços de convivência cotidiana, e não à monumentalidade de obras isoladas. O contraste entre o abandono de um centro comunitário e a valorização de uma simples árvore como ponto de encontro é um testemunho eloquente dessa verdade.

Como limitações, ressalta-se que este é um estudo de caso único, e a replicabilidade da metodologia em outros contextos exigiria adaptações às especificidades locais. No entanto, a estrutura principiológica – baseada na escuta qualificada, na valorização do saber local e na ação coletiva – demonstra um potencial universal.

Em suma, este artigo buscou argumentar que, em um cenário de crise do planejamento tecnocrático, a resposta pode residir não em planos mais complexos, mas em processos mais humanos. A metodologia dos Planos de Bairros oferece um caminho promissor. Enquanto trabalhos como o de Pereira (2024) diagnosticaram com precisão os conflitos da expansão urbana em Palmas, a presente análise avança ao validar uma ferramenta metodológica capaz de

mediar esses conflitos a partir da base. Fica demonstrado que é no chão da cidade, na escala do bairro e no diálogo entre técnicos e comunidade, que se pode começar a construir cidades verdadeiramente justas, democráticas e, acima de tudo, vivas.

Referências

ALMEIDA, C. R. de. O vivido e o percebido: uma análise da apropriação dos espaços públicos por jovens em Araguaína-TO. **Revista Sítio Novo**, v. 6, n. 4, p. 112-128, 2022.

BAZZOLI, João. **Palmas em foco**: contradições de uma cidade planejada. Palmas: Editora UFT, 2019.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**: Divulgação Anual por Localidade e por sexo, cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4. ed. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Curitiba: CRV, 2018.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEYER, Regina Maria Prosperi. Metrôpole e metropolização: o que há de novo? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 31-48, nov. 2006.

PEREIRA, M. S. Expansão urbana e conflitos socioambientais: uma análise da bacia do Córrego Brejo Comprido em Palmas-TO. **Revista Sítio Novo**, v. 8, n. 1, p. 98-115, 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, A. B.; COSTA, J. L. A efetividade dos conselhos municipais de desenvolvimento urbano no Tocantins: entre a norma e a prática. **Revista Sítio Novo**, v. 7, n. 2, p. 55-70, 2023.

VELASQUEZ, Ana Beatriz Cerbino. **A invenção de uma capital**: a modernidade de Palmas e a pós-modernidade de seu urbanismo. 2011. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

Informações complementares

Descrição		Declaração
Financiamento		Não se aplica.
Aprovação ética		Não se aplica.
Conflito de interesses		Não há.
Disponibilidade dos dados de pesquisa subjacentes		O manuscrito não é um <i>preprint</i> e os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos neste artigo.
CrediT	Vanessa Cassol	Funções: conceitualização, análise formal, metodologia e escrita – rascunho original.
	João Aparecido Bazzoli	Funções: conceitualização, análise formal, validação, escrita – revisão e edição.

Avaliadores: Dra. Liliane Flávia Guimarães da Silva (Instituto Federal do Tocantins, Tocantins, Brasil). Os avaliadores “A” e “B” optaram pela avaliação fechada e pelo anonimato.*

Revisor do texto em português: Marco Aurélio Mello.

Revisora do texto em inglês: Patrícia Luciano de Farias Teixeira Vidal.

Revisora do texto em espanhol: Graziani França Claudino de Anicézio.

* Optou pela avaliação fechada e autorizou somente a divulgação da identidade como avaliadora no trabalho publicado.